

AJ13506



Daniela Martins

Sem saída

Como a universidade não consegue oferecer hoje salários tão atraentes, nem é realizado concurso público, a solução é contratar professores por no máximo dois anos, diz Marlene Pires

# Ufes já opera com 300 professores substitutos

Universidade tem de recorrer a contratos temporários devido à corrida pela aposentadoria

DENISE ZANDONADI

As entidades ligadas aos servidores federais no Estado, como a Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) e o Sindicato dos Servidores da Previdência (Sindiprev), reconhecem que um número maior de pessoas está solicitando aposentadoria porque se sente inseguro quanto às reformas propostas pelo Governo federal.

Segundo a presidente da Adufes, Marlene Pires, a orientação da entidade é para que as pessoas não antecipem a aposentadoria, mas lutem para que o Congresso faça mudanças no projeto que está tramitando. Segundo ela, a Ufes já opera com pelo menos 300 professores substitutos. "Se não houver concurso, este número vai aumentar e a situação se agravará ainda mais".

Segundo ela, os salários já não são estimulantes e com a falta de concurso, alguns cen-

tros da Ufes, como o de Educação, já funcionam com quase metade dos professores com contrato temporário, os chamados substitutos, que só podem ser mantidos por um período de dois anos.

INSS

Já a diretora de Administração do Sindiprev, Marli Brígida, desde 1985 não se realiza concurso para técnicos do setor administrativo do INSS no Estado. "Quando há concurso é para preenchimento de vagas de fiscais e procuradores. Então, a situação já é bastante difícil e quem se aposenta não está sendo substituído".

Segundo informações da

assessoria de comunicação do INSS, o órgão tem hoje no Estado 940 servidores. No ano passado, nos quatro primeiros meses do ano, três servidores pediram aposentadoria integral e um proporcional. Neste ano, no mesmo período, cinco solicitaram aposentadoria integral e 11 proporcionais. Os números são significativamente maiores e preocupam os dirigentes dos órgãos.

País

Conforme dados do próprio Governo federal, a situação mais grave ocorre em áreas como a saúde e a educação, onde profissionais qualificados, como médicos e

professores, ameaçam antecipar sua aposentadoria. Essa corrida já ocorreu durante outras tentativas de mudar as regras da Previdência, durante o Governo Fernando Henrique, mas hoje é agravada pela carência de pessoal.

Em 1992, só o Poder Executivo tinha 620.870 servidores ativos no país, duas vezes mais que o número de aposentados. Atualmente, são apenas 456.741 ativos para 382.260 inativos - uma relação de apenas 1,19 ativo por inativo.

Pelo menos 10% dos professores de universidades federais já podem se aposentar, conforme dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). Os números da Andifes indicam que sete mil vagas de professores estão desocupadas em todo o país ou preenchidas por contratados temporários.

## JOELMIR BETING

"A reforma tributária não é uma questão técnica. Ela é fundamentalmente uma encrenca política".

Renato Ferrari, tributarista

### Estelionato tributário

A encrenca política de qualquer proposta de reforma tributária aqui no Brasil está na chamada partilha do poder fiscal entre União, Estados e Municípios. Poder fiscal é poder político. O resto é o resto.



A condição última do contribuinte fraudado faz parte desse resto. Aos políticos de cada bonde que passa, os do Governo e os do Congresso, o que realmente conta é a redivisão salomônica da arca federativa, abarrotada de tributos e de encargos já postados bem acima da capacidade contributiva da economia e da sociedade.

Aos posseiros da delegação das urnas não interessa encarar o desmonte, ainda que parcial, de um sistema tributário tido como um dos piores do mundo civilizado. Porque economicamente suicida, juridicamente caótico, politicamente ladino e socialmente perverso.

O triste é que nem mesmo um Governo petista, de vocação salvacionista, ousa encarar esse trabalho de 12 Hércules. A proposta depositada na Câmara Federal, com o endosso reticente da poderosa bancada dos governadores de todos os partidos, não se atreve a civilizar o sistema. Muito menos, a rebaixar e desconcentrar a carga fiscal indireta, oculta ou covarde - com sua sinistra mania de tratar igualmente os desiguais. Sim, a pesada carga fiscal amoitada em cada preço final tira do pobre que nada tem o mesmo im-

delo aviado pelo Governo Lula vai aumentar ainda mais a já excessiva extração tributária indireta da economia e da sociedade. Expediente digno de um Estado brasileiro parasita nas mãos de governos que não governam porque não se governam nem se deixam governar.

E pensar que a Independência do Brasil veio à luz a partir do dia em que a Coroa aumentou ainda mais os impostos coloniais...

E tome a manchete dos jornais e dos telejornais da sexta-feira: a carga tributária dos brasileiros, no ano-fiscal de 2002, tungou nada menos de 35,86% do PIB. O constrangido demonstrativo da Receita Federal lembra que essa mesma carga estava abaixo de 30% em 1998. Ou abaixo de 24% em 1994. E o PT do palanque ainda apelidava o Governo FHC de "modelo neoliberal". Pinóia. Tanto assim, que o PT do Palácio está com o modelo FHC e não abre.

E cosí la nave vâ. O sistema tributário vai continuar desencorajando o investimento, patrocinando a informalidade, gratificando a sonegação, pervertendo a concorrência e, fechando a roda, adensando a concentração de



# Ufes já opera com 300 professores substitutos

As entidades ligadas aos servidores federais no Estado, como a Associação dos Docentes da Ufes (Adufes) e o Sindicato dos Servidores da Previdência (Sindiprev), reconhecem que um número maior de pessoas está solicitando aposentadoria porque se sente inseguro quanto às reformas propostas pelo Governo federal.

Segundo a presidente da Adufes, Marlene Pires, a orientação da entidade é para que as pessoas não antecipem a aposentadoria, mas lutem para que o Congresso faça mudanças no projeto que está tramitando. Segundo ela, a Ufes já opera com pelo menos 300 professores substitutos. "Se não houver concurso, este número vai aumentar e a situação se agravará ainda mais".

Segundo ela, os salários já não são estimulantes e com a falta de concurso, alguns cen-

Universidade tem de recorrer a contratos temporários devido à corrida pela aposentadoria

DENISE ZANDONADI

tros da Ufes, como o de Educação, já funcionam com quase metade dos professores com contrato temporário, os chamados substitutos, que só podem ser mantidos por um período de dois anos.

## INSS

Já a diretora de Administração do Sindiprev, Marli Brígida, desde 1985 não se realiza concurso para técnicos do setor administrativo do INSS no Estado. "Quando há concurso é para preenchimento de vagas de fiscais e procuradores. Então, a situação já é bastante difícil e quem se aposenta não está sendo substituído".

Segundo informações da

assessoria de comunicação do INSS, o órgão tem hoje no Estado 940 servidores. No ano passado, nos quatro primeiros meses do ano, três servidores pediram aposentadoria integral e um proporcional. Neste ano, no mesmo período, cinco solicitaram aposentadoria integral e 11 proporcionais. Os números são significativamente maiores e preocupam os dirigentes dos órgãos.

## País

Conforme dados do próprio Governo federal, a situação mais grave ocorre em áreas como a saúde e a educação, onde profissionais qualificados, como médicos e

professores, ameaçam antecipar sua aposentadoria. Essa corrida já ocorreu durante outras tentativas de mudar as regras da Previdência, durante o Governo Fernando Henrique, mas hoje é agravada pela carência de pessoal.

Em 1992, só o Poder Executivo tinha 620.870 servidores ativos no país, duas vezes mais que o número de aposentados. Atualmente, são apenas 456.741 ativos para 382.260 inativos - uma relação de apenas 1,19 ativo por inativo.

Pelo menos 10% dos professores de universidades federais já podem se aposentar, conforme dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes). Os números da Andifes indicam que sete mil vagas de professores estão desocupadas em todo o país ou preenchidas por contratados temporários.



Gilson

■ A condição última do contribuinte fraudado faz parte desse resto. Aos políticos de cada bonde que passa, os do Governo e os do Congresso, o que realmente conta é a redivisão salomônica da arca federativa, abarrotada de tributos e de encargos já postados bem acima da capacidade contributiva da economia e da sociedade.

■ Aos posseiros da delegação das urnas não interessa encarar o desmonte, ainda que parcial, de um sistema tributário tido como um dos piores do mundo civilizado. Porque economicamente suicida, juridicamente caótico, politicamente ladino e socialmente perverso.

■ O triste é que nem mesmo um Governo petista, de vocação salvacionista, ousa encarar esse trabalho de 12 Hércules. A proposta depositada na Câmara Federal, com o endosso reticente da poderosa bancada dos governadores de todos os partidos, não se atreve a civilizar o sistema. Muito menos, a rebaixar e desconcentrar a carga fiscal indireta, oculta ou covarde - com sua sinistra mania de tratar igualmente os desiguais. Sim, a pesada carga fiscal amoitada em cada preço final tira do pobre que nada tem o mesmo imposto que ela cobra do rico que tudo pode.

■ Bem ao contrário, o mo-

delo aviado pelo Governo Lula vai aumentar ainda mais a já excessiva extração tributária indireta da economia e da sociedade. Expediente digno de um Estado brasileiro parasita nas mãos de governos que não governam porque não se governam nem se deixam governar.

■ E pensar que a Independência do Brasil veio à luz a partir do dia em que a Coroa aumentou ainda mais os impostos coloniais...

■ E tome a manchete dos jornais e dos telejornais da sexta-feira: a carga tributária dos brasileiros, no ano-fiscal de 2002, tungou nada menos de 35,86% do PIB. O constrangido demonstrativo da Receita Federal relembra que essa mesma carga estava abaixo de 30% em 1998. Ou abaixo de 24% em 1994. E o PT do palanque ainda apelidava o Governo FHC de "modelo neoliberal". Pinóia. Tanto assim, que o PT do Palácio está com o modelo FHC e não abre.

■ E cosí la nave vâ. O sistema tributário vai continuar desencorajando o investimento, patrocinando a informalidade, gratificando a sonegação, pervertendo a concorrência e, fechando a roda, adensando a concentração de renda. Em um Brasil que já desfila a taça de chumbo de campeão mundial da desigualdade social.

## SECOS E MOLHADOS

**COISA DE RICO** - Levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário revela que a massa de tributos infiltrada na renda e escondida no consumo devora 41,7% do orçamento familiar médio. Contra 41,2% na Alemanha. Ou 30,4% na Suécia, paradigma do chamado socialismo fiscal.

**FORA DA ALCA** - Recomendo que o Brasil caia fora da Alca de 2006. Não dará para sobreviver em futuro mercado isonômico com carga tributária de

quase 40% do PIB contra 29,6% nos Estados Unidos, 18,3% no México, 17,3% no Chile ou 14,4% na Argentina.

**SEM RETORNO** - Como desgraça pouca é bobagem, não basta cotejar o tamanho da carga fiscal. É preciso comparar a qualidade de seu retorno social. Aí, a anta já virou bode. Cadê nosso retorno de qualidade em saúde pública, educação pública, previdência pública, transporte público, segurança pública? Virou estelionato tributário.